

O distanciamento em pensar uma Política Pública e a sua segmentação na prática: Programa um computador por aluno – PROUCA

The distancing in thinking a public policy and its segmentation in practice: one computer per student program - PROUCA

Fabiana Soares dos Santos Poschi ¹
Alessandro Carvalho Bica ²

Resumo: O trabalho trata de uma investigação sobre a aplicação de políticas públicas para inclusão digital, refletida no estudo da segmentação prática do Programa um computador por aluno – PROUCA. Apresenta por objetivo geral investigar as barreiras encontradas na aplicação prática do programa PROUCA. Para o desenvolvimento da pesquisa utiliza-se um estudo de caso, aplicado junto a docentes e equipe diretiva de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, assim utiliza-se uma abordagem qualitativa do tipo descritiva-investigativa, visto a aplicação de uma entrevista com questões abertas. Estudos registram diferentes barreiras que frisam o distanciamento do pensar uma política pública e a sua segmentação na prática, destacando as importantes adequações a serem realizadas para fins de que programas governamentais não se traduzam em investimentos frustrados bem como revelando os gargalos do fazer políticas públicas que em geral se resumem no empenho de diferentes esferas governamentais e um conjunto de sujeitos de onde se destacam, sobretudo governadores, diretores, equipe diretiva e por fim professores e alunos. As Políticas Públicas devem promover, sobretudo, a harmonização destes sujeitos, observando relações de alinhamento a objetivos e metas.

Palavras-Chave: Inclusão Digital; Inclusão Social; Política de Inclusão; Programa Governamental.

Abstract: The work deals with an investigation on the application of public policies for digital inclusion, reflected in the study of the practical segmentation of the Program one computer per student - PROUCA. Its general objective is to investigate the barriers found in the practical application of the PROUCA program, and to achieve the proposal, the objectives versus the initial goals of the program stand out, as well as the characteristics of the same as Public Policy; it points out the initiatives taken for the government for the proper application covering the perspectives referring to a) teacher training; b) investments in structure and technology for schools; and c) quality of technological resources available to students. And it verifies the results of the program according to the teachers of a municipal elementary school. For the development of the

¹ Universidade Federal do Pampa. E-mail: fabysoares2014@gmail.com

² Universidade Federal do Pampa. E-mail: alessandrobica@unipampa.edu.br

research, the methodology of the case study type is used, applied to teachers and the team management of a Municipal Elementary School, thus using a qualitative approach of the descriptive-investigative type, given the application of an interview with open questions. Studies try to register different barriers that stress the distance from thinking about public policy and its segmentation in practice, highlighting the important adjustments to be made so that government programs do not translate into frustrated investments as well as revealing the bottlenecks of making public policies which in general are summarized in the commitment of different governmental spheres and a set of subjects from which stand out, especially governors, directors, management team and finally teachers and students. Thus, the study intends to diagnose the harmonization of these subjects, observing alignment relationships to objectives and goals.

Keywords: *Digital inclusion; Government Program; Inclusion Policy; Social inclusion.*

1. Introdução

A inclusão digital tem sido foco do governo brasileiro desde os meados do ano de 2003, quando tendo em conta a importância das novas tecnologias para o desenvolvimento do indivíduo em sua plenitude, verificou-se a forte demanda por facilitar a adesão das camadas mais baixas as TICs. Da consciência de que há uma relação direta entre inclusão digital e inclusão social, emerge, portanto, a concepção de que é preciso favorecer a todos os brasileiros o conhecimento e o acesso às tecnologias para que os cidadãos possam usufruir de seus direitos fundamentais. Assim, há forte empenho no desenvolvimento de políticas públicas no contexto da educação que passam a serem aplicadas em 2005, quando surge a Política Nacional de Inclusão Digital (PNID). É lançado o Programa Brasileiro de Inclusão Digital (PBID), que por sua vez apresenta um conjunto de programas “criados e mantidos pelo governo federal”, dentre os quais (para este estudo) destaca-se o Programa um Computador por Aluno (PROUCA) (ECHALAR e PEIXOTO, 2017, p. 394).

Desta forma o trabalho surge de indagações tais como: há um distanciamento entre o pensar em uma política pública e, a sua segmentação na prática? O Programa um computador por aluno – PROUCA, delineado no formato de uma política pública alcançou os objetivos propostos pelo governo? – Diante destas questões tem-se por hipótese que o PROUCA tratou-se de investimento frustrado visto o despreparo das escolas, dos docentes e dos discentes; requerendo altos investimentos em tecnologia, em capacitação profissional e, sobretudo de um trabalho de conscientização dos alunos sobre a importância de responder o programa com a seriedade merecida.

A implantação e o desenvolvimento de Políticas Públicas precisam ser acompanhados com foco na identificação de potenciais ações de controle. Assim, importa conhecer objetivos e métodos bem como conceitos emergentes e fundamentos inseridos no processo de inclusão digital, entre outras perspectivas que se destacam como barreiras, ou despontam como desafios para a real eficácia de determinada Política Pública (BRASIL, 2015).

O estudo é de interesse de estudantes, acadêmicos da área da Educação, docentes, pesquisadores e agentes do governo federal, pois implica em uma investigação de um projeto versus de uma política pública a priori voltada à inclusão

social, ao que se estima que o tema deve ser constantemente refletido, o que justifica sua escolha.

No exposto, o estudo apresenta por objetivo geral investigar as barreiras encontradas na aplicação prática do programa PROUCA, e para alcançar o proposto destaca-se os objetivos versus metas iniciais do programa, bem como as características do mesmo quanto Política Pública; apontam-se as iniciativas tomadas para o governo para a devida aplicação cobrindo as perspectivas referentes a: a) capacitação docente; b) investimentos em estrutura e tecnologia às escolas; e c) qualidade de recursos tecnológicos dispostos aos alunos. E verificam-se os resultados do programa conforme docentes de uma escola municipal de ensino fundamental.

2. Coleta de Dados

Quanto ao método a pesquisa define-se a um estudo de caso, de abordagem qualitativa do tipo descritivo-investigativa. Utiliza-se como instrumento a aplicação de uma entrevista com questões abertas, aplicada junto a docentes e a equipe diretiva de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, localizada em Bagé-RS.

Dentro do exposto ressalta-se que estudos de caso caracterizam-se por estratégias de pesquisa “referenciada por pesquisadores e explorada constantemente no campo empresarial e governamental para avaliações de projetos e políticas, [...]” (TORMES; MONTEIRO; MOURA; 2018, p.19).

No mesmo sentido, a abordagem qualitativa tem a pretensão de trazer informações não quantitativas, mas percepções, pareceres, pois trata de refletir os pensares e sentimentos dos sujeitos envolvidos com o processo. As pesquisas qualitativas são normalmente usadas nos estudos de caso dentre outros métodos, tais como pesquisa-ação, participativa e etc. (TORMES; MONTEIRO; MOURA; 2018).

Quanto ao público-alvo de pesquisa, foram entrevistados cinco docentes de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental localizada no Município de Bagé-RS. As entrevistas foram transcritas em formulário e enviadas via e-mail, no período de 01 a 15 de setembro de 2020.

Para a realização do presente estudo, desenvolveu-se um formulário, com oito questões onde se buscou responder aos objetivos do estudo; e frente a realidade atual, do Brasil e do mundo em que vive-se em isolamento social, encaminhou-se via e-mail à secretária de uma escola municipal de ensino fundamental. Respeitando as normativas estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa respectivo a pesquisa com seres humanos, que reza na Resolução 466/2012 encabeçou o formulário o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCL, instrumento que esclarece os objetivos e propósitos da entrevista, onde o pesquisador declara o sigilo sobre a identidade do participante, e lhe confere o direito de não responder as questões que não tenha condições de fazê-lo, também esclarece que o trabalho não tem custos, bem como não apresenta nenhuma forma de ônus para quaisquer os dos sujeitos partícipes (BRASIL, 2012).

Quanto ao tratamento dos dados, fez-se a transcrição das respostas consideradas relevantes, e buscou-se pertinência com o material teórico respectivo a Política Pública

de forma que se desenvolveu uma discussão a partir da articulação entre as percepções dos entrevistados e os conhecimentos teóricos pesquisados.

3. Resultados e discussão

Inicialmente responderam ao questionário cinco professoras, sendo que uma anulou completamente sua participação ao referir que não atuava em escola pública na implantação do programa e ao longo das questões demonstrou desconhecer o assunto, assim foi possível validar quatro entrevistas.

Ao questionar-se o que o respondente sabe sobre o programa um computador por aluno (PROUCA) no campo conceitual, respectivo a fundamentos, se tinha conhecimento das metas do programa e quais seriam estas, o:

Prof. A: respondeu ‘o objetivo era proporcionar o acesso dos alunos às tecnologias’;

Prof. B: ‘Sim’/ ‘o fundamento pode se dizer que era promover a inclusão digital, reduzindo desigualdades sociais e capacitar os docentes, motivando-os ao uso de tecnologias’;

Prof. C: ‘Sim, o objetivo tratava de promover a inclusão digital dos alunos de baixa renda’;

Prof. D: ‘O programa trata de proporcionar o acesso a direitos fundamentais, a fim de que estes viessem a diminuir as desigualdades sociais, pois se relacionam ao direito a emprego, educação de qualidade e outros aspectos’.

Pesquisas salientam que o PROUCA teve por objetivo principal “promover a inclusão digital pedagógica e o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem de alunos e professores das escolas públicas brasileiras” (FNDE, 2010, p.1). Com referência a metas diz-se que a universalização do acesso as TICs, deve favorecer a todos os indivíduos serem capazes de sobreviver em uma sociedade digital; a educação atende às demandas sociais devendo criar, sobretudo, condições de empregabilidade a seus alunos (MENESES; FERREIRA; TIRADENTES; 2015).

Estudos concordam que as desigualdades sociais só podem ser superadas mediante a inclusão digital de todos os indivíduos, visto que devido a inserção das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) tem havido uma aceleração no desenvolvimento redundante (ECHALAR; PEIXOTO, 2017; XABREGA; BRASILEIRO, 2019). Assim, a capacidade de usar com destreza, agilidade e criatividade as novas tecnologias reflete as perspectivas de vida dos individuo sendo uma realidade o fato de que “A presença de novas tecnologias define os padrões social, econômico e histórico das sociedades” (XABREGA; BRASILEIRO, 2019, p.538).

Ao questionar se o respondente trabalhou na escola quando na época PROUCA e se recorda quais foram os preparos iniciais para a aplicação do mesmo:

Não se obteve resposta do Prof A;

Prof. B: ‘Sim, organização de laboratórios de informática’;

Prof. C: ‘sim, participei – avisaram os alunos quanto a chegada dos computadores, os responsáveis também, / assinaram uma carta se responsabilizando pelo o computador que ficaria com os alunos conforme orientação dos docentes mas deveria voltar a escola. Os professores também foram instruídos, tivemos cursos rápidos preparatórios e os responsáveis pelo laboratório foram instruídos, sendo responsáveis por guardar e protocolar todos os computadores entre outros preparos.

Prof. D: ‘Sim, trabalhei, as expectativas eram grandes tanto por parte dos alunos quanto dos professores; antecedendo ao programa a escola já vinha sendo preparada para esta realidade.[...]’.

Conforme se observou o projeto foi implantado com tempo, antecedendo a este a informatização das escolas, e o treinamento de docentes. O PROUCA também denominado UCA, contava em seu escopo com parcerias junto a universidades para atendimento as escolas. Houve ações periódicas de treinamentos onde cabia a diretores de escolas e orientadores ministrarem em reuniões sobre o processo de implantação do UCA (ECHALAR; PEIXOTO, 2017; SILVA, 2014).

Em seguida questionou-se ao respondente se hoje entende que houve alguma falha na fase de preparo para a implantação do programa, que implicaram em barreiras e obteve-se por resposta:

Prof. A: ‘a falha foi não dar continuidade ao programa’;

Prof. B: ‘sim’; houve muitas ‘desde o desenho, do modelo do netbook, aos quesitos; logo estavam obsoletos, tornaram-se lentos e travavam muito’ / ‘a rede de laboratório não dava conta de muitos alunos conectados ao mesmo tempo’; não tinha lugar para guardar todos os netbooks assim alguns alunos levavam os seus pra casa, mediante a assinatura de uma carta oferecida aos pais, nada disso foi pensado / a escola sofreu vários atentados de assalto’ / ‘os docentes atrasaram muito seus conteúdos pois tinham que se preocupar em ensinar os alunos a usar os nets entre outras questões’.

Prof. C: ‘Eu vejo que foram investimentos não totalmente frustrados, pois não há frustração maior do que não tentar’ / ‘houve falha no preparo e organização dos alunos acredito que poderiam ter sido entregues por etapa os netbooks conforme as turmas iam dominando o uso’./‘os netbooks tinham pouca memória e pouco espaço em HD, com [...] muitos usavam pendrive e logo a rede estava infestada de vírus. Seguido isto acontecia’. / ‘O que me leva a crer que nem no que refere a estrutura de informática a recursos humanos, não estávamos preparados’.

Ao questionar quanto à capacitação dos profissionais da educação, se fora suficiente, dois dos docentes referiram que sim, e os demais discordaram admitindo o despreparo dos profissionais da educação.

Quanto aos alunos, o que lhes foi colocado sobre o projeto e quais eram as instruções iniciais, seriam estas iniciativas suficientes para que os alunos aproveitassem o projeto para sua qualificação futura? Três docentes responderam de forma diferenciada discordando entre si, onde Prof. A referiu ‘Acredito que sim’; Prof. B: ‘Não, houve pouca instruções aos alunos’; e Prof. C observou que os alunos ‘sabiam que tinham que aprender a usar, que era importante; mas nem o design dos netbooks os estimulavam para essa aprendizagem’.

Buscou-se identificar se havia laboratório de informática na escola na época, e se todos os profissionais da educação usavam sem dificuldade o mesmo, ou havia responsáveis e, ou instrutores e:

Prof. B: ‘não havia, colocaram depois’;

Prof. C: ‘Sim, já havia, com horário curto para agendamento se não agendasse pra usar em dois horários era em vão usar o laboratório / os alunos enlouqueciam, eles e aos professores. / tínhamos um responsável que andava exausto, houve um tempo que ele já não fazia questão de ficar, não tinha condições / os docentes entendiam pouco, os alunos não produziam nada no laboratório’.

Prof. D: ‘Sim, tinha; mas nem todos os docentes usavam, devido as dificuldades, na verdade nem os netbooks não foram ferramentas de todos os docentes, chegou um tempo que eles também evitavam que os alunos usassem’.

Questionou-se se a respondente lembrava-se de quais investimentos percebeu terem sido feitos na estrutura da escola, se tinha noção das questões orçamentárias que envolveram o projeto e se reconhece que os investimentos como suficientes, e observou que dois referiram que “não”, sendo estes o Prof. A (‘não tenho nem noção’) e o Prof. B, que observou ‘não lembro, somente organização do laboratório’. Os demais referiram que ‘se utilizou o fundo das escolas para compra dos computadores’ (Prof. C); e que os netbooks teriam sido ‘Verbas da educação’ (Prof. D).

Contudo, o PROUCA abre uma linha de crédito as escolas para adesão a um computador portátil de baixo custo e fácil manuseio, criado pela Lei nº 12. 249 de 14 de junho de 2010, a ideia principal da política é favorecer a adesão de todas as escolas as NTICs (FNDE, 2010).

Por último, indagou-se como eram os computadores ofertados no programa, se eles foram doados aos alunos, e se responderam as expectativas do programa, e obteve-se por resposta:

Prof. A: ‘não eram doados’;

Prof. B: ‘os alunos usavam na escola’;

Prof. C: ‘Os computadores foram comprados pela escola, a política favoreceu a compra e estabeleceu diretrizes pra esta compra’ / ‘No início todos sabiam que não se tratava de doação, mas muitos não retornaram para a escola’

Prof. D: ‘os computadores não eram para ser doados, mas alguns foram; muitos apresentaram defeitos logo em seguida que os alunos os receberam, sendo obsoletos, os alunos ousavam outras formas de uso e não tínhamos técnicos para conserto; alguns ainda estão no conserto’

Conforme observam alguns estudos, há registros de que os netbooks realmente apresentaram defeitos, tanto de fabricação quanto de uso. Evidenciam-se nos mesmos estudos a falta de mão de obra ou técnicos para assessorar os docentes e discentes sobre esta perspectiva (SILVA, 2014; SOUZA; TEIXEIRA; CARMINATI; 2015).

4. Considerações finais

O PROUCA, foi um passo a universalização do acesso às tecnologias a partir da rede pública da educação, tinha por objetivo reduzir as desigualdades sociais e com isto favorecer aos alunos públicos condições de competir no mercado de trabalho. A política pública tratou de estimular a inclusão dos computadores, fornecendo condições financeiras para aquisição dos netbooks. A capacitação docente por certo se tem que cabia a cada qual profissional buscá-la para além do que era ofertado, sendo a fornecida considerada insuficiente. Os computadores ofertados aos alunos tornaram-se rapidamente obsoletos, impossíveis de serem usados em massa, por grande quantidade de alunos ao mesmo tempo. Ainda assim, docentes acreditam que o programa deveria ter uma continuidade, que as barreiras poderiam ser sanadas.

Assim, os estudos registram diferentes barreiras que frisam o distanciamento do pensar uma política pública e a sua segmentação na prática, destacando por importantes adequações a serem realizadas para fins de que programas governamentais não se traduzam em investimentos frustrados: investimentos mais arrojados com tecnologias mais avançadas; estímulo financeiro à capacitação docente (por conta do profissional); orientação aos docentes para frisarem a importância dos programas aos alunos.

Sempre serão múltiplos os gargalos do fazer políticas públicas, contudo estes se resumem no empenho de diferentes esferas governamentais e um conjunto de sujeitos de onde se destacam governadores, diretores, equipe diretiva e por fim professores e alunos. As Políticas Públicas devem promover, sobretudo, a harmonização destes sujeitos, observando relações de alinhamento a objetivos e metas.

Referências Bibliográficas

BRASIL, M. S.. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Ministério da Saúde – MS / Conselho Nacional da Saúde - CNS Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL, T. C. U. **Política Pública de Inclusão Digital** / Tribunal de Contas da União – TCU: Brasília: TCU, SeinfraAeroTelecon, 2015. 76 p.

ECHALAR, A. D. L. F; e PEIXOTO, J.. **Programa um computador por aluno: o acesso às tecnologias digitais como estratégia para a redução das desigualdades sociais.**

Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.25, n. 95, p. 393-413, abr./jun. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n95/1809-4465-ensaio-S0104-4036_2017002501155.pdf Acesso em: 15 ago. 2020.

FNDE, Portal do Programa Nacional de Informática na Educação. **Programa um computador por Aluno – PROUCA**. Publicação em 2010. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/proinfo/eixos-de-atuacao/programa-um-computador-por-aluno-prouca> Acesso em: 10 set. 2020.

MENESES, S. C. P.; FERREIRA, S. L.; Projeto piloto- um computador por aluno (UCA) Barra dos coqueiros: cidade na era da inclusão digital. **2º Simpósio Educação e Comunicação. As redes sociais e seu impacto na Cultura e Educação do Século XXI**. Disponível em: http://geces.com.br/simposio/anais/wp-content/uploads/2015/03/UCA_Barra_dos_Coqueiros.pdf Acesso em 24 jul. 2020.

SILVA, L. R. S. **Implementação do Programa um computador por aluno**: uma revisão de literatura. Campinas, 2014. (Dissertação de Mestrado) Prof. Orientador: Dr. José Roberto Rus Perez. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305318/1/Silva_LuanaRodriguesdeSouzada_M.pdf Acesso em 15 set. 2020.

SOUZA, L. L.; TEIXEIRA, L. C. T. ; CARMINATI, C. J. Um Computador por aluno: um dos ícones da Modernização da Escola Brasileira na Segunda Década do Século XXI. **Educação em Revista**|Belo Horizonte |v.31 |n.03| p. 379-404 |Julho-Setembro 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/MZVsKjtdKs3YCKhYKFbbg9P/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 jul. 2020.

TORMES; MONTEIRO; MOURA; Estudos de casos: uma metodologia para pesquisas educacionais. **Ensaio pedagógico**. UFSCar (Sorocaba), vol.2, n.1, p.18-25, jan./abr. 2018, Disponível em: <http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/download/57/100> Acesso em: 01 jul. 2020.

XABREGA, Q. F.; BRASILEIRO, T. S. A. Política de Inclusão Digital: Possibilidades para Ensinar, Aprender e Incluir na Amazônia Paranaense. Periódicos UFAM – Universidade Federal da Amazônia. **Revista Educamazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente**; Vol 23, N.º 2, Jul-Dez, 2019, p.537-556. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/educamazonia/article/view/6778> Acesso em: 01 jul. 2020.